

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 133

Período: de 17/07/04 a 23/07/04

Franca – Brasil

- 1-Forças Armadas recebem 10 % de reajuste
- 2-Polícia apreende 50 mil cartuchos de uso exclusivo das Forças Armadas
- 3-Ex-cabo do Exército é acusado de vender armas a traficantes
- 4-Brasil pode ser alvo de “guerra suja” por produzir urânio enriquecido
- 5-FAB resgata trabalhadores em regime de escravidão no sudoeste do Pará
- 6-Operação militar de treinamento envia 6,5 mil homens para a Amazônia
- 7-Lei do Abate é decretada com restrições
- 8-Exército ajudará a recolher armas do Estatuto do Desarmamento
- 9-Companhias aéreas pedem auxílio ao ministério da Defesa
- 10-Ministério da Defesa e da Casa Civil estudam abrir filial da Infraero no exterior
- 11-Segurança Pública e ação das Forças Armadas são discutidas em coluna opinativa
- 12-Quartel do Exército sofre tentativa de assalto
- 13-Governo libera R\$ 900 milhões para equipar Forças Armadas

Forças Armadas recebem 10 % de reajuste

Conforme já destacado pelo *Informe Brasil* anterior, as Forças Armadas terão reajuste salarial de 10% a partir de setembro. Os militares reivindicavam reajustes da ordem de 35%. O aumento, anunciado no dia 16 pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, deve gerar um impacto de R\$ 750 milhões no Orçamento deste ano. Até então, a folha salarial dos militares somava R\$ 21 bilhões ao ano. Ao ser questionado sobre seu fortalecimento político com esta decisão, o ministro da Defesa, José Viegas Filho respondeu que não houve qualquer fortalecimento já que ele não estava enfraquecido e que este reajuste não passa de uma decisão administrativa. Segundo o jornal *O Globo*, informações não-oficiais de dentro do governo sinalizam que Viegas pode ser substituído após as eleições municipais deste ano por ter desgastado sua imagem perante os militares. Em diversas ocasiões, os comandantes das Forças manifestaram publicamente sua insatisfação quanto ao soldo militar. (Folha de S.Paulo – Brasil – 17/07/04; Jornal do Brasil – Brasil – 17/07/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/07/04; O Globo – Primeiro Caderno – 17/07/04).

Polícia apreende 50 mil cartuchos de uso exclusivo das Forças Armadas

A Polícia Civil do estado do Amazonas descobriu em Manaus um depósito clandestino de munições de uso exclusivo das Forças Armadas, como apontado pelo *Informe Brasil* da semana passada. De acordo com a imprensa, foi a maior apreensão de material bélico encontrado fora de uma unidade militar na região. Mais de 50 mil cartuchos de munição calibre ponto 50, utilizada em baterias

antiaéreas, calibre 7,62 para fuzil, e 9 milímetros para pistolas e submetralhadoras, além de 5.000 detonadores para explosivos, estavam com o colombiano Edward Andrei Camacho e com o brasileiro Francisco Ferraz de Souza que alegaram estar apenas embalando a munição a pedido de um desconhecido. A Polícia Civil encontrou o material durante uma operação de combate ao tráfico de drogas e chegou ao depósito localizado na zona portuária da cidade por meio de uma denúncia anônima. Segundo a *Folha de S. Paulo*, com o brasileiro, os policiais encontraram uma lista com o pedido de 500 uniformes e botinas do modelo do Exército do Brasil. O *Globo* informou a polícia suspeita que os cartuchos seriam utilizados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O jornal *Folha de S. Paulo* apontou ainda que estes cartuchos poderiam ser usados para abastecer grupos contrários ao presidente da Venezuela Hugo Chávez. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, dois oficiais do Exército relataram à Delegacia Especializada em Prevenção e Repressão a Entorpecentes que o material apreendido teria sido roubado do Exército Brasileiro e chegado a Manaus partindo de Boa Vista. Oficialmente, até a tarde do dia 16 o Exército ainda não tinha assumido a posse do armamento encontrado. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o general Cláudio de Figueiredo, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), determinou a abertura de inquérito militar para investigar o destino da carga. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/07/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/07/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 17/07/04; O Globo – Primeiro Caderno – 17/07/04).

Ex-cabo do Exército é acusado de vender armas a traficantes

O ex-cabo do Exército André Luiz Martins foi preso anteontem sob acusação de fabricar e fornecer granadas para traficantes. O ex-cabo fabricava explosivos artesanais com tubos PVC e dinamite. Segundo o *Jornal do Brasil*, a produção era vendida para as favelas de Acari, no Subúrbio do Rio de Janeiro e Coréia, na Zona Oeste da cidade. Cada uma valia R\$ 100. De acordo com *O Estado de S. Paulo* informações da polícia apontaram que Martins, que deixou as Forças Armadas no fim de 2003, usava conhecimentos adquiridos em nove anos no Batalhão de Forças Especiais da Brigada de Pára-Quedistas do Exército para vender serviços de manutenção de armamentos e treinamento de criminosos. O ex-militar negou as acusações. Em um depósito na frente da casa do acusado na zona oeste do Rio de Janeiro, a polícia encontrou 39 bananas de explosivo em forma de gel, 2 granadas, munições de festim para fuzil, canos de fuzil AK-47 e peças de granadas, supostamente desviadas do Exército ou da polícia. (Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 17/07/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 17/07/04).

Brasil pode ser alvo de “guerra suja” por produzir urânio enriquecido

O jornal *O Globo* publicou matéria na qual alega que o Brasil pode ser alvo de ataques a sua imagem nos próximos meses devido ao início da produção de urânio enriquecido pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Segundo o jornal, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), sob o pretexto de que o Brasil

estaria se preparando para produzir armas nucleares, quer ter acesso a uma ultracentrífuga desenvolvida no país que custou US\$ 1 bilhão. Os Estados Unidos já investiram, sem sucesso, US\$ 3 bilhões na tentativa de produzir uma centrífuga com viabilidade comercial. Para o jornal, o governo terá que escolher entre ser hostilizado pela imprensa internacional ou entregar de graça o conhecimento tecnológico produzido por cientistas brasileiros. A INB produzirá urânio enriquecido para servir de combustível para as usinas de Angra I e II. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, disse em outubro de 2003 que em dez anos o país poderá exportar urânio enriquecido. O diretor do Centro Tecnológico da Marinha, o almirante Alan Arthou explicou que a extração de um quilo de urânio custa US\$ 8 e que o quilo de urânio é vendido a US\$ 16. O serviço de enriquecimento custa US\$ 800 por quilo de urânio, enquanto que uma pastilha de combustível pronta vale US\$ 1,5 mil no mercado. Segundo o jornal, uma disputa comercial estaria se revestindo de combate ao terrorismo nuclear. O almirante Arthou reuniu-se recentemente com vários ministros do governo e esclareceu que a AIEA possui todas as informações sobre a quantidade de urânio extraído e enriquecido no país, além do grau de enriquecimento deste. Os equipamentos de medição, instalados pela agência, têm condições de detectar qualquer desvio do minério, caso haja a intenção de utilização para fins bélicos. Para os militares, o Brasil tornou-se vítima de uma guerra suja desde que foi descoberta a possibilidade de produzir urânio enriquecido em escala comercial. O jornal lembrou ainda que a Constituição brasileira proíbe a produção de armas nucleares. (O Globo – Primeiro Caderno – 18/07/04).

FAB resgata trabalhadores em regime de escravidão no sudoeste do Pará

Cerca de 70 trabalhadores em regime de escravidão foram resgatados na última quinta-feira (15) por um avião Búfalo da Força Aérea Brasileira (FAB) de um local que estava sendo desmatado para fins de formação de pastagem e criação de gado. A FAB cedeu quatro helicópteros ao Ministério do Trabalho para que a operação fosse realizada. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/07/04).

Operação militar de treinamento envia 6,5 mil homens para a Amazônia

O jornal *Estado de S. Paulo* informou sobre a operação de treinamento militar que ocorre desde o dia 13 deste mês. Cerca de 6,5 mil homens do Exército, Marinha e Aeronáutica estão integrados em uma operação militar de treinamento na Amazônia. Batizada de "Operação Timbó 2", a manobra constitui um exercício voltado para guerra nas fronteiras do Brasil com Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. A operação tem três objetivos básicos: a vigilância nas fronteiras com todos os países da região amazônica, o patrulhamento das calhas dos rios e a fiscalização dos transportes. Esse tipo de exercício é um dos mais complicados em termos de logística na floresta amazônica. A área a ser explorada é de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados. A distribuição de soldados e equipamentos por tal extensão territorial requer, entre outras coisas, perfeito entrosamento entre as forças envolvidas. Além de treinar as tropas, a Operação Timbó realiza um trabalho de revisão no setor de patrulhamento e

vigilância da fronteira brasileira. Na primeira semana de operação, adidos militares dos Estados Unidos, França, Argentina Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela estiveram no Brasil, conhecendo de perto as ações na Floresta Amazônica. A Operação Timbó 2 também promoveu ações sociais. Em várias comunidades ribeirinhas, os militares ministraram palestras sobre temas como educação sanitária, educação alimentar, higiene pessoal e realizaram coleta de material para pesquisa de doenças tropicais e infecto-contagiosas. A operação Timbó 2 continuará com suas tropas espalhadas pela Amazônia até a próxima sexta-feira, quando o Ministério da Defesa apresentará o relatório final sobre as atividades desenvolvidas na região. (Estado de S.Paulo – Nacional – 19/07/04).

Lei do Abate é decretada com restrições

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Lei do Abate. A lei prevê a derrubada dos aviões ligados ao tráfico de drogas e impede o abate de aeronaves militares de outros países que, eventualmente, entrarem no espaço aéreo brasileiro sem permissão, mesmo que não se identifiquem ou se recusem a atender a ordem de pouso. Aviões militares podem ser derrubados somente no caso de autodefesa, com respaldo da Organização das Nações Unidas. Na prática, um avião de outro país que invadir o espaço aéreo brasileiro não será derrubado, mas advertido. O texto do decreto foi elaborado em conjunto pelo Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e pelo Gabinete de Segurança Institucional. A lei entrará em vigor 90 dias após a publicação, para que ganhe notoriedade no país e no exterior, principalmente entre os vizinhos da Amazônia. O governo brasileiro afirmou que a regulamentação não afetará as relações com os Estados Unidos, cujas leis responsabilizam criminalmente os norte-americanos que contribuírem com a derrubada de aviões em outros países. A pressão dos Estados Unidos - inclusive com ameaças de corte de verbas a programas assistenciais - foi um dos fatores que dificultaram a regulamentação da Lei do Abate. Atualmente, porém, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, afirmou ter chegado a um acordo diplomático com a Casa Branca sem ceder às pressões de Washington. Outra restrição colocada pelo governo brasileiro ao abate diz respeito à existência de crianças no voo. A *Folha* assinalou que o diretor-executivo do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), Edgar Fagundes, afirmou no dia 20, em entrevista à Rádio Nacional da Amazônia, que o sistema está pronto para fornecer informações 100% seguras ao tomador de decisão no cumprimento da Lei do Abate, no caso de derrubada de um avião. Além dos 25 radares fixos o sistema conta com radares móveis e a atuação de cinco aeronaves que possuem radares especiais. Estas aeronaves poderiam, segundo o diretor, penetrar até 400 quilômetros em territórios de países vizinhos ao acompanhar aeronaves suspeitas, sem que o movimento fosse considerado invasão. Segundo o jornal isto será importante, por exemplo, se houver seqüestro de criança que impeça o abate do avião. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, entre as regras do abate estão a averiguação da regularidade ou não dos vôos - incluindo a comunicação por sinais visuais e por frequência de rádio -, a determinação de pouso imediato, o disparo de tiros de advertência e, em último caso, a destruição da aeronave que mantiver

atitude hostil. No caso de um suposto traficante alegar ter uma criança a bordo no momento do contato via rádio com a FAB, o voo seria acompanhado até pousar ou abandonar o território brasileiro. Ainda segundo o jornal *O Globo*, a FAB irá gravar em áudio e vídeo as abordagens para que haja autorização para o abate. A *Folha* afirmou que o governo, baseado em estatísticas da execução da Lei do Abate na Colômbia, espera que, em cada dez aviões que vierem a receber o chamado "tiro de destruição", só dois sejam destruídos no ar. A maioria das aeronaves no Brasil seria destruída em solo, sem a tripulação a bordo, uma vez que é provável que grande parte das aeronaves que não respondem aos apelos das autoridades pouse em pistas clandestinas para descarregar drogas. Em situações como esta, ficará a cargo da FAB sobrevoar o local e disparar. (Folha de S.Paulo – Brasil – 19/07/04; Folha de S.Paulo – Brasil – 20/07/04; Folha de S.Paulo – Brasil – 21/07/04; Jornal do Brasil – Brasil – 20/07/04; Jornal do Brasil – Brasil – 21/07/04; O Estado de S.Paulo – Nacional – 20/07/04; O Globo – Primeiro Caderno – 20/07/04; O Estado de S.Paulo – Nacional – 21/07/04).

Exército ajudará a recolher armas do Estatuto do Desarmamento

Segundo *O Globo*, o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, assinou no dia 21 uma portaria credenciando o Exército e as polícias civis e militares a recolherem armas conforme as regras do Estatuto do Desarmamento. O texto estabelece também que organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos e associações de bairros, entre outras entidades civis, poderão indicar locais específicos para ajudar no recolhimento de armas. O Estatuto do Desarmamento prevê que cidadãos que entregarem suas armas à Polícia Federal receberão indenização que varia de R\$ 100 a R\$ 300 conforme o calibre da arma. (O Globo – Primeiro Caderno – 21/07/04).

Companhias aéreas pedem auxílio ao ministério da Defesa

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou duas reportagens sobre a crise das companhias aéreas brasileiras. Segundo o jornal, o pedido da Vasp de ajuda ao Ministério da Defesa para comprar novos aviões obteve como resposta a declaração de que não há prazos nem mesmo certeza de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) vá abrir linha de financiamento em reais para a compra de aeronaves da Embraer. Uma comissão composta pelos Ministérios da Defesa, da Fazenda, do Ministério da Justiça e do Turismo e coordenada pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, está estudando o problema. (Folha de S.Paulo – Dinheiro – 21/07/04).

Ministério da Defesa e da Casa Civil estudam abrir filial da Infraero no exterior

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo vai mandar ao Congresso neste segundo semestre um projeto de lei criando uma subsidiária da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) para atuar no exterior. Os principais locais visados pelo governo seriam Miami, nos Estados Unidos, Angola, na África, China, na Ásia, e vários países da América do Sul. Os estudos que baseiam o

projeto são de autoria Ministério da Defesa e da Casa Civil. (Folha de S.Paulo – Dinheiro – 21/07/04).

Segurança Pública e ação das Forças Armadas são discutidas em coluna opinativa

A editoria *Opinião* do jornal *O Globo*, dedicou nesta semana um texto à questão da segurança pública no Rio de Janeiro, a qual vem sendo desmantelada pelo aumento do poder do narcotráfico. Para os autores da editoria, o fato reflete a ausência de uma política nacional de segurança. Segundo a editoria, a sociedade, além de assistir à ação dos bandidos, presenciou um embate entre autoridades estaduais e federais no sentido de atribuição de culpas e/ou responsabilidades pelo problema. E salienta que “Torna-se necessário traçar estratégias duradouras, desvinculadas de disputas políticas, que congreguem todos os responsáveis pela gestão da segurança pública”. Neste sentido, é defendida a criação de uma agência nacional de segurança pública que centralize o planejamento, a coordenação e a execução destas políticas em todo o território nacional, a qual teria também autonomia de ação para não se sujeitar, desta forma, às limitações de mandatos eletivos. Tal agência deveria contar, na visão dos autores, com um conselho consultivo, composto por representantes das três esferas do governo, assim como das Forças Armadas, do Legislativo, do Judiciário e da própria sociedade civil. Isto garantiria, segundo eles, o máximo de representatividade nacional. Consoante com as idéias de Júlio E. Abranches Mansur e Marco Falcão Critsinelis, juízes federais e autores da referida coluna, desenvolver-se-iam as seguintes políticas, entre outras: implementação do Sistema Único de Segurança Pública; cooperação com as Forças Armadas no que tange a sua atuação em atividades pertinentes as sua predestinação constitucional; unificação das forças policiais estaduais, etc. Os autores encerram mencionando a urgência de solução do problema que pode ser alcançada com estratégia e coordenação. (O Globo – Opinião – 22/07/04).

Quartel do Exército sofre tentativa de assalto

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, dois homens armados tentaram roubar na madrugada desta sexta-feira (23) um quartel do Exército em São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro. Houve tiroteio e um dos assaltantes morreu. Segundo o Exército, a dupla chegou ao 21º Grupo de Artilharia de Campanha por volta das 2 horas e rendeu o sentinela, que estava armado com um fuzil. Militares que estavam no quartel perceberam a ação e houve troca de tiros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/07/04).

Governo libera R\$ 900 milhões para equipar Forças Armadas

Conforme noticiado pelo *Jornal do Brasil (JB)*, o governo federal autorizou um aumento de R\$ 900 milhões no orçamento das Forças Armadas para o próximo ano, o qual será aplicado no reaparelhamento das três forças. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (22) pelos ministro do Planejamento, Guido Mantega, e da

Defesa, José Viegas Filho, durante uma solenidade no Comando do Exército. A reunião entre o Ministério da Defesa e a equipe econômica para liberar mais dinheiro para equipar as Forças Armadas aconteceu na semana passada. O ministro Viegas apontou todos os problemas associados com o sucateamento das forças e Lula decidiu liberar a verba. Viegas agradeceu em público o empenho de Lula, de Guido Mantega e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela liberação de dinheiro extra. Desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso, vem sendo publicada pela grande imprensa brasileira o processo de sucateamento sofrido pelas Forças Armadas, conforme mostra também o *Informe Brasil*. A informação sobre a atribuição da verba foi bem recebida pelo comandante do Exército, o general Francisco Roberto de Albuquerque. O *Globo* pontuou que após ser considerado um desafeto por parte das Forças Armadas, o ministro Guido Mantega, recebeu a medalha do pacificador que foi entregue pelo comandante Albuquerque. (Jornal do Brasil – Brasil – 23/07/04; O Globo – O País – 23/07/04).